

Sumário

Número de notícias: 14 | Número de veículos: 10

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita e Comitê Gestor orientam sobre reforma2

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

STF suspende análise sobre aposentadoria por invalidez 3

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
SEGURIDADE SOCIAL

STF analisa reforma previdenciária de 20195

VALOR ONLINE - NOTICIA
SEGURIDADE SOCIAL

Agenda do dia: PIB do 3º trimestre e dados dos EUA são destaque7

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Pobreza e desigualdade recuam, com emprego e programas sociais 9

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma da renda: o que de fato muda no IRPF11

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Analistas dizem que será mais difícil avanços maiores em 2026 13

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Governo tem de mirar centro da meta se não houver aval do Congresso, diz TCU14

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Especialistas alertam para efeito nas contas públicas 15

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Comissão aprova projeto de lei orçamentária de 2026 16

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Desemprego e inflação puxam 'taxa de desconforto' para baixo17

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Ibovespa renova recorde e dólar toca menores níveis do ano19

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Real será uma das principais apostas do investidor global em 2026, diz J.P. Morgan
..... 21

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Matérias-primas voltam a ter queda, aponta IC-Br23

Receita e Comitê Gestor orientam sobre reforma

A **Receita Federal** e o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) publicaram nesta semana orientações sobre as obrigações que os contribuintes precisarão cumprir a partir de 1º de janeiro de 2026, quando começa a fase de testes da **reforma tributária** do consumo. A reforma cria a **Contribuição e o Imposto sobre Bens e Serviços (CBS e IBS, respectivamente)**, em substituição aos **tributos** atuais que incidem sobre o consumo.

De acordo com os documentos publicados pelo Fisco e Comitê Gestor, a partir de 1º de janeiro de 2026, os contribuintes estarão obrigados a emitir documentos fiscais eletrônicos (NF-e) com o valor destacado da CBS e do IBS, individualizados por operação. Contudo, caso não seja feito esse preenchimento, não haverá rejeição da nota fiscal - a chamada regra de validação.

"O preenchimento dos campos IBS/CBS não será exigido por regra de validação [rejeição da nota fiscal], porém permanece obrigatório conforme a legislação vigente", diz a nota técnica nº 2025.002 v. 1 "33 do Fisco e o Encontro Nacional de Coordenadores e Administradores Tributários Estaduais (EncatX

Tributaristas explicam que, na prática, a medida evita a rejeição da nota técnica pela administração tributária, mas não dispensa o contribuinte de preencher os campos relativos aos novos **tributos**. Ou seja, quem não informar, poderá ficar sujeito a fiscalização e punições, conforme a primeira lei que regulamentou a **reforma tributária**.

Contudo, o segundo projeto de lei que regulamenta a reforma (PLP 108) dá um prazo de 60 dias para que as empresas corrijam as informações sem serem punidas. Esse projeto foi aprovado pelo Senado, mas retornou à Câmara dos Deputados, a quem cabe a palavra final.

No **comunicado** conjunto da Receita e do Comitê Gestor, os órgãos esclarecem que, a partir de 1º de janeiro de 2026, os contribuintes estarão obrigados a apresentar, quando disponibilizadas, as Declarações dos Regimes Específicos (DeRE), as declarações e/ou documentos fiscais de plataformas digitais.

O contribuinte que emitir documentos fiscais ou declaração de regimes específicos observando as

normas e notas vigentes estará dispensado de recolhimento do IBS e da CBS, conforme prevê a legislação. Ou seja, o valor dos **tributos** será destacado, mas não haverá recolhimento em 2026, como já era previsto.

Já a partir do mês de julho de 2026, as pessoas físicas que sejam contribuintes da CBS e do IBS, deverão se inscrever no CNPJ. A inscrição no CNPJ não transforma a pessoa física em jurídica, servindo apenas para facilitar a apuração tanto do IBS quanto da CBS.

Em relação ao Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais, a partir de janeiro, os titulares de benefícios tributários de ICMS poderão apresentar pedido para ter direito à compensação prevista na lei.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

STF suspende análise sobre aposentadoria por invalidez

LAVÍNIA KAUCZ BRASÍLIA

O Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu ontem o julgamento de regra que reduz o valor das aposentadorias por incapacidade permanente (antiga aposentadoria por invalidez).

O placar está em 5 a 4 para declarar a regra inconstitucional e determinar que o valor deve ser igual à aposentadoria por acidente de trabalho, que é de 100% da média salarial.

O julgamento foi suspenso para aguardar os votos dos ministros Luiz Fux e Gilmar Mendes, que estavam ausentes da sessão plenária de ontem.

O cálculo em questão foi criado na reforma da Previdência de 2019, e estabelece que o valor mínimo do benefício será de 60% da média dos salários do trabalhador, com acréscimo de 2 pontos percentuais para cada ano de contribuição que exceder a 20 anos.

VALOR MENOR. A regra é questionada porque estabelece um valor menor do que o benefício por incapacidade temporária, o auxílio-doença, e a aposentadoria permanente decorrente de acidente de trabalho.

O ministro Luís Roberto Barroso, relator do processo, votou para validar os critérios, mas somente nos casos em que a incapacidade para o trabalho seja posterior à promulgação da reforma, em 12 de novembro de 2019.

Se a incapacidade foi constatada antes dessa data, aplicam-se os critérios anteriores à reforma, conforme o entendimento de Barroso. Ele foi acompanhado pelos ministros Cristiano Zanin, André Mendonça e Kassio Nunes Marques. Gilmar Mendes também havia seguido essa corrente no plenário virtual, mas o placar foi reiniciado após pedido de destaque.

DIVERGÊNCIA. O ministro Flávio Dino abriu divergência e defendeu que a regra é inconstitucional.

Para o ministro, a regra "desconsidera a hierarquia de proteção social" ao estabelecer um benefício menor para a incapacidade permanente.

De acordo com o seu voto, devem ser revistas em até

12 meses todas as aposentadorias por invalidez que tenham sido concedidas em valor inferior às aposentadorias por incapacidade permanente decorrentes de acidente de trabalho (que corresponde a 100% da média de todos os salários de contribuição).

"O cidadão tem uma incapacidade temporária, ele tem uma renda. Essa incapacidade vira permanente, ele perde. Eu não consigo imaginar que o bom é a pessoa lutar para continuar na perícia até o diagnóstico de incapacidade temporária, porque, se vira definitiva, ele perde 30% da sua renda", afirmou Dino.

Dino foi acompanhado pelos ministros Alexandre de Moraes, Dias Toffoli, Cármen Lúcia e Edson Fachin. Moraes havia votado para validar as regras no plenário virtual, mas alterou seu voto na sessão plenária de ontem, para acompanhar Flávio Dino. Ele ponderou que o Tribunal costuma ter uma posição de deferência às reformas previdenciárias, mas ressaltou que, neste caso, "não há um critério razoável".

"Aqui não é questão de cálculo atuarial (feito para manter a sustentabilidade da **Previdência Social** a longo prazo). Claramente há um tratamento desigual, que fere o princípio da igualdade e a dignidade da pessoa humana", disse Moraes.

Para ele, os benefícios devem ter cálculos iguais porque "o resultado é o mesmo: ausência de possibilidade de trabalhar, de manter sua subsistência".

INSEGURANÇA JURÍDICA. De acordo com a Advocacia-Geral da União (AGU), a falta de interpretação uniforme sobre o tema tem causado insegurança jurídica. O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) interpôs 1.124 recursos sobre o tema entre janeiro de 2022 e setembro de 2024.

O órgão apontou que o número de processos discutindo a controvérsia é "crescente", não só em ações individuais, mas também coletivas.

A ação é julgada com repercussão geral - ou seja, o resultado do julgamento deverá ser seguido em todas as ações que discutem o tema em instâncias inferiores.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

STF analisa reforma previdenciária de 2019

O Supremo Tribunal federal (STF) começou a julgar dois recursos que questionam pontos da reforma da Previdência de 2019, instituída pela Emenda Constitucional nº 103. Ontem, os ministros voltaram a analisar um recurso sobre a mudança no cálculo da aposentadoria por incapacidade e outro referente à isenção da contribuição previdenciária para servidores aposentados e pensionistas com doença grave.

No anexo de riscos fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias do ano de 2026, a União prevê um impacto possível de R\$ 497,9 bilhões para temas relacionados à reforma da Previdência. Esse valor abrange os dois recursos em julgamento ontem mais 13 ações analisadas em conjunto, que não têm movimentação desde 2024 (benefícios futuros).

Ontem, os ministros voltaram a analisar se o pagamento de aposentadoria por incapacidade permanente, por causa de doença grave, contagiosa ou incurável, deve ser feito de forma integral ou, como estipulou a reforma, até o limite de 60% da média dos salários do trabalhador quando a incapacida-

"Incapacidade justifica pagamento de aposentadoria integral"

Flávio Dino de não tiver sido causada por acidente de trabalho (Tema 1300).

Cinco ministros votaram para afastar o cálculo que é menos favorável aos aposentados e outros quatro votaram para manter. Faltam dois votos. O presidente, ministro Edson Fachin, suspendeu o julgamento para que os ministros Gilmar Mendes e Luiz Fux, ausentes na sessão de ontem, possam votar. Eles analisam o artigo 26, parágrafo 2º, inciso III, da Emenda Constitucional nº 103, de 2019, que previa a limitação do pagamento (RE 1469150).

Em sustentação oral a procuradora federal Renata Maria Pontes Cunha, que falou pelo **INSS**, afirmou que a dignidade da pessoa humana não exige valores fixos, e é compatível com o equilíbrio do sistema. Já o advogado João Badari, do Instituto de Estudos Previdenciários, parte interessada (amicus curiae) afirmou na sustentação oral que a emenda traz "enorme retrocesso social" com redução de cerca de 40% dos benefícios.

O ministro Flávio Dino abriu a divergência. Declarou a inconstitucionalidade do dispositivo em discussão, defendendo que os casos de incapacidade sempre

justificam o pagamento da aposentadoria integral, quer ela tenha sido causada por acidente de trabalho ou não. Ele afirmou não considerar que a reforma da Previdência só tenha trazido males ou "caos" ao país, mas disse também que não há autorização para a distinção da aposentadoria a depender da deficiência - temporária ou definitiva.

Sobre a isenção da contribuição previdenciária, já ocorreram as sustentações orais e foi proferido apenas o voto do relator, ministro Edson Fachin, favorável ao pedido dos segurados. Depois o julgamento foi suspenso.

A Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), que é a autora do recurso sob análise da Corte, argumenta que os segurados teriam que pagar a contribuição no momento em que lidam com a doença. Já para a Advocacia-Geral da União (AGU) as contribuições são necessárias para sustentar o sistema (ADI 6336).

A ação questiona a parte da reforma que revogou o parágrafo 21 do artigo 40 da Constituição Federal. O dispositivo previa a isenção parcial da contribuição previdenciária sobre a aposentadoria de servidores acometidos por doenças graves e incapacitantes. Eles recolhiam apenas sobre o valor que superasse o dobro do limite máximo e não sobre o valor do teto, como ocorre hoje para todos os servidores.

O advogado da Anamatra, Ikon Noiberto Filho, afirmou na sustentação oral que a imunidade tributária concretiza núcleos essenciais de direitos fundamentais. "É absolutamente comum e muitas vezes necessário, até pelos custos que aposentados e pensionistas tem que honrar, especialmente quem tem doença incapacitante e necessita de custos adicionais, que mantenham outro trabalho e exatamente esses pensionistas e aposentados não podem ter outra atividade", afirmou.

Já o advogado João Pedro Carvalho, representante da AGU, afirmou que, em precedentes, o STF já definiu que não existe direito adquirido a regime jurídico previdenciário e nem tributário. "As regras do regime próprio de previdência foram evolutivas ao longo do tempo, adaptadas conforme necessidade do regime próprio atuarial", destacou.

Não se trata de reconhecer direito a um regime jurídico ou de tornar imutável uma imunidade tributária, segundo declarou o ministro Edson Fachin no voto na

sessão de ontem. Para ele, seria inadmissível retirar uma previsão deixando pessoas com deficiência desamparadas. Esse julgamento deve continuai hoje.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Agenda do dia: PIB do 3º trimestre e dados dos EUA são destaque

Por Carlos Mercuri e Luana Reis, Valor - São Paulo

O IBGE publica os resultados do Produto Interno Bruto (**PIB**) do terceiro trimestre, em meio às apostas sobre o início do ciclo de afrouxamento monetário pelo Banco Central (BC).

No exterior, os Estados Unidos publicam os dados sobre auxílio-desemprego.

Veja os destaques desta quinta-feira:

FGV informa Índice de Variação de Aluguéis Residenciais de novembro - O Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV-Ibre) informa, às 8h, o Índice de Variação de Aluguéis Residenciais (Ivar/FGV) de novembro. O Ivar de outubro de 2025 registrou alta de 0,57%. A variação acumulada em 12 meses registrou forte aceleração saindo de 4,04% em setembro de 2025 para 5,58% em outubro.

IBGE informa **PIB** do 3º trimestre - O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) informa, às 9h, as Contas Nacionais Trimestrais do terceiro trimestre de 2025, com informações sobre o Produto Interno Bruto (**PIB**), o desempenho dos setores da economia (agropecuária, indústria e serviços), do consumo das famílias e do governo, entre outros. A expectativa mediana de 70 instituições financeiras e consultorias ouvidas pelo Valor é de crescimento de 0,2% da atividade entre julho e setembro, com ajuste sazonal, após subir 0,4% no segundo trimestre e 1,3% no primeiro. A dispersão das estimativas é grande, de queda de 0,5% a alta de 1,4%. Em relação ao terceiro trimestre de 2024, a mediana de 68 estimativas indica alta de 1,7%, com projeções variando de 0,3% a 3,2%. Na comparação com igual período do ano anterior, o **PIB** vem crescendo a um ritmo acima de 2% desde o segundo trimestre de 2022, registrando a 4,4% no primeiro trimestre de 2023 e a 4% no terceiro trimestre de 2024. Para 2025, a expectativa mediana é de crescimento de 2,1% e, para 2026, de 1,8%. O **PIB** anual do Brasil cresce pelo menos 3% desde 2021, após o choque da pandemia em 2020.

Anfavea divulga desempenho da indústria automobilística em novembro - A Anfavea anuncia, às 10h, o desempenho da indústria automobilística em novembro. No mês de outubro, o setor fechou com

260,7 mil veículos emplacados, queda de 1,6% na comparação com outubro de 2024 e avanço de 7,2% ante o mês anterior. A alta em base mensal foi puxada principalmente pelo segmento de veículos leves. No acumulado de janeiro a outubro, as vendas somam 2,17 milhões de unidades, alta de 2,2%. Já a produção de veículos do Brasil cresceu 1,8% em outubro ante setembro, para 247,7 mil unidades, mas recuou 0,5% ante o mesmo mês de 2024. De janeiro a outubro, a produção acumula 2,234 milhões de veículos leves e pesados neste ano, elevação de 5,2%.

CNC anuncia Peic de novembro - A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) anuncia, às 10h30, a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic) de novembro. Em outubro, o percentual de famílias que relataram ter dívidas a vencer continuava avançando desde fevereiro, alcançando 79,5% em outubro de 2025, o maior percentual da série histórica. O maior endividamento em outubro foi acompanhado por uma estabilidade do percentual de inadimplência, que permaneceu em 30,5%, após três meses de alta. No entanto, o percentual de famílias que não terão condições de pagar as dívidas em atraso continuou aumentando, alcançando 13,2%, renovando a maior taxa da série.

Secex apresenta balança comercial de novembro - A Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic) apresenta, às 15h, o resultado da balança comercial de novembro. Na 3ª semana de novembro de 2025, a balança comercial registrou superávit de US\$ 1,8 bilhão e corrente de comércio de US\$ 12,1 bilhões, resultado de exportações no valor de US\$ 7 bilhões e importações de US\$ 5,1 bilhões. No mês, as exportações somam US\$ 21,2 bilhões e as importações, US\$ 17,2 bilhões, com saldo positivo de US\$ 4,1 bilhões e corrente de comércio de US\$ 38,4 bilhões. No ano, as exportações totalizam US\$ 311 bilhões e as importações, US\$ 254,5 bilhões, com saldo positivo de US\$ 56,5 bilhões e corrente de comércio de US\$ 565,5 bilhões.

Tesouro realiza leilão tradicional de LTN e NTN-F - A Secretaria do Tesouro Nacional faz às 11h leilão tradicional de Letras do Tesouro Nacional (LTN) e Notas do Tesouro Nacional Série F (NTN-F). As LTN que serão ofertadas têm vencimentos nos dias 1º de

outubro de 2026; 1º de outubro de 2027; 1º de julho de 2029 e 1º de janeiro de 2032. As NTN-F vencem em 1º de janeiro de 2031 e 1º de janeiro de 2035. A liquidação financeira dos papéis ocorrerá na sexta-feira.

Eurostat apresenta vendas no varejo da zona do euro em outubro - A Eurostat apresenta, às 7h (de Brasília), o resultado das vendas do varejo na zona do euro em outubro. Na leitura anterior, houve baixa de 0,1% na margem e aumento de 1,0% na base anual. Expectativa de alta de 0,1% (margem) e crescimento de 1,4% (anual).

EUA mostram pedidos iniciais de seguro-desemprego na semana - O Departamento de Trabalho dos EUA mostra, às 10h30 (de Brasília), o número de novos pedidos de seguro-desemprego requeridos na semana até 29 de novembro. Na semana anterior, houve 216 mil pedidos iniciais. Estimam-se 220 mil novos pedidos.

Vice de supervisão do Fed discursa em evento - A vice-presidente para supervisão do Federal Reserve Michelle Bowman profere discurso em evento às 14h (de Brasília).

BC do Japão noticia índice Reuters Tankan de dezembro - O Banco do Japão (BoJ, banco central) noticia, às 20h (de Brasília), o índice Reuters Tankan de dezembro, que inclui o índice de confiança das grandes empresas manufatureiras. No mês anterior, o índice foi 17 e a expectativa é de 12.

Japão revela gastos de consumo das famílias de outubro - O Ministério de Assuntos Internos e Comunicações do Japão revela, às 20h30 (de Brasília), o dado de gastos de consumo das famílias de outubro. A leitura anterior foi de baixa de 0,7% na margem e aumento de 1,8% na base anual. Expectativas: +0,7% (margem) e +1% (anual).

Lula participa de plenária do CDESS - O presidente Luiz Inácio Lula da Silva participa, às 10h, de reunião plenária do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (CDESS), no Palácio Itamaraty. Às 14h40, terá reunião com o secretário especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil, Marcelo Weick, e, às 15h, com o ministro da Casa Civil, Rui Costa. Às 16h30, participa de reunião do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia.

Congresso Nacional vota a Lei Orçamentária de 2026 - O Congresso Nacional se reúne às 11h para votar o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2026.

CPMI do **INSS** faz oitivas e vota requerimentos - A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do **INSS** reúne-se às 9h e vota diversos requerimentos para pedir informações e convocar presidentes de bancos e instituições financeiras - incluindo o presidente do Master, Daniel Vercaro - a respeito dos acordos envolvendo crédito consignado. Também está na pauta da reunião a convocação do AGU, Jorge Messias, para prestar depoimento. Também serão realizadas as oitivas de Silas da Costa Vaz, secretário da Conafer, e de Américo Monte Júnior, presidente da Amar Brasil Clube de Benefícios (ABCB).

Comissão do Senado sobre Código Civil discute IA - A Comissão Temporária do Senado para a discussão do projeto de reforma do Código Civil discutirá, às 10h, as implicações relacionadas à Inteligência Artificial.

STF julga acordo entre União e Axia - O Supremo Tribunal Federal (STF) retoma, às 14h, julgamento que discute a homologação do acordo entre a União e a Axia, antiga Eletrobras, para compensar a redução do poder de voto do governo no conselho da empresa depois de sua desestatização.

Galípolo e diretores cumprem agendas internas - O presidente do Banco Central (BC), Gabriel Galípolo, e seis diretores da instituição têm previsão de despachos internos. Os membros da diretoria estão em período de silêncio que antecede a reunião do Comitê de Política Monetária (Copom).

Diretor do BC reúne-se com presidente e consultores da Abracam - O diretor de Fiscalização do Banco Central, Ailton de Aquino, tem audiência, às 8h30, com a presidente-executiva da Associação Brasileira de Câmbio (Abracam), Kelly Massaro; o consultor da presidência-executiva, José Augusto Varanda, e o consultor Marcio Antonio Estrela. Renato Gomes, diretor de Organização do Sistema Financeiro e de Resolução, participa da abertura da 27ª reunião plenária do Fórum Pix às 14h30.

Mercadante participa de plenária do CDESS - O presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, estará em, Brasília e, às 9h, participa da 6ª Reunião Plenária do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável da Presidência da República (CDESS).

Site:

<https://valor.globo.com/financas/noticia/2025/12/04/agen-da-do-dia-pib-do-3o-trimestre-e-dados-dos-eua-sao-destaque.ghtml>

Pobreza e desigualdade recuam, com emprego e programas sociais

Lucianne Carneiro Do Rio

O ano de 2024 marcou novos níveis mínimos para pobreza, extrema pobreza e desigualdade de renda no Brasil, mostrou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A parcela de pobres na população recuou para 23,1%, abaixo dos 27,3% de 2023 e o menor percentual desde 2012, início da série histórica. Ao mesmo tempo, a parcela dos extremamente pobres caiu de 4,4% em 2023 para 3,5% em 2024.

Já a desigualdade de renda voltou a cair em 2024. O chamado índice de Gini ficou em 0,504, após dois anos estável em 0,517. O indicador é um dos mais reconhecidos no mundo para medir a desigualdade de renda de uma população. O número varia de 0 a 1: quanto mais perto de 1, maior é a desigualdade de um país.

Apesar da redução das disparidades, o Brasil ainda é um país desigual. O grupo dos 10% mais ricos no Brasil tem rendimento domiciliar per capita médio correspondente a 32,2 vezes ao dos que estão no grupo de 10% mais pobres.

Na comparação dos grupos dos 20% nas duas extremidades, o rendimento do grupo dos 20% mais ricos correspondia a 11 vezes o dos 20% mais pobres. Numa lista da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) com 40 países, o Brasil tem a segunda maior desigualdade por esse critério, atrás apenas da Costa Rica (12,3 vezes).

Em 2024 e nos últimos anos, a queda da desigualdade reflete ritmo maior de aumento da renda entre mais pobres que entre mais ricos. Nos 10% mais pobres da população, a renda cresceu 13,2% em 2024, ante 2023, para R\$ 248 por mês. Entre os 10% mais ricos, por sua vez, o aumento foi de 1,6% em igual base de comparação, para R\$ 7.983 por mês.

Entre 2012 e 2024, o rendimento domiciliar per capita mensal subiu 18,9% na média. A expansão chegou a 52,3% para os 10% mais pobres da população, enquanto os 10% mais ricos registraram alta de 9,8% em igual período.

"Quando há aumento maior de renda na base que no topo da distribuição de renda, há redução da desigualdade", afirma o analista do IBGE Leonardo

Queiroz Athias.

A Síntese de Indicadores Sociais 2024 mostra que a redução da desigualdade é resultado tanto do mercado de trabalho no Brasil, aquecido desde 2022, quanto dos programas sociais. Mesmo sem auxílios sociais, a desigualdade teria caído no país, como mostra cálculo simulado do IBGE para o índice de Gini que desconta esse efeito. Neste caso, o índice caiu de 0,554 em 2023 para 0,542 em 2024.

"O dado mostra que o mercado de trabalho também atuou no sentido de redução da desigualdade de renda", diz.

Com pobreza menor, o pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) Marcos Hecksher defende que se ajuste as transferências para garantir que ninguém fique abaixo da linha de extrema pobreza, atualizada a cada ano pela **inflação**:

"Parte dos recursos pode vir de melhoras na focalização, com redução dos benefícios reais para quem precisa menos."

No caso da desigualdade, Hecksher afirma que há expectativa de efeitos por causa da **reforma tributária**, com melhoria na distribuição dos **impostos**: "Além disso, se passarmos a pagar menos juros da dívida pública aos mais ricos, será outro meio para reduzir desigualdades."

Em números absolutos, 8,625 milhões de pessoas deixaram a pobreza na passagem entre 2023 e 2024. O total de pobres caiu 15%, a 48,948 milhões, e ficou abaixo dos 50 milhões pela primeira vez. A linha de pobreza usada é a do Banco Mundial, que considera quem tem renda per capita por dia de até US\$ 6,85, em Paridade de Poder de Compra (PPC), ou R\$ 694 por mês em valores de 2024. O número de extremamente pobres, por sua vez, recuou 20,8%, para 7,354 milhões, ou quase 2 milhões a menos. São pessoas com renda per capita de até US\$ 2,15 por dia, em PPC, ou R\$ 218 por mês.

Os dados do IBGE também tratam da pobreza do trabalhador. Das pessoas ocupadas, 11,9% eram pobres em 2024, abaixo dos 14,2% em 2023. Mas a parcela de trabalhadores pobres é maior entre quem trabalha sem carteira de trabalho assinada (20,4%) ou

por conta própria (16%). Na análise por atividades, a pobreza é maior para quem trabalha em agropecuária (29,3%), serviços domésticos (22,9%) e construção (17,7%).

A pesquisa mostra ainda que há uma parcela de 0,6% das pessoas ocupadas que vive abaixo da linha de extrema pobreza: são 585 mil pessoas nesta condição.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Reforma da renda: o que de fato muda no IRPF

Opinião +

Por Sueny Almeida* - A **Reforma Tributária** brasileira está avançando para além dos **tributos** sobre o consumo. Em 2025, o governo federal deu início reforma da renda, formalizada no Projeto de Lei 1087/2025, atualmente, apenas aguardando a sanção presidencial.

O objetivo central é corrigir distorções históricas do Imposto de Renda das Pessoas Físicas (IRPF), tornando a tributação mais justa e coerente com a capacidade contributiva de cada cidadão.

Em termos práticos, o projeto não reescreve a tabela do IRPF, mas altera o cálculo do imposto para a base e para o topo da distribuição, combinando um redutor para rendas menores com uma alíquota efetiva mínima para rendas muito elevadas. A promessa política é aliviar quem ganha menos e exigir mais de quem ganha muito, mas a execução envolve escolhas técnicas relevantes.

O desenho parte de duas frentes. A primeira é a redução do IR para quem recebe até R\$ 5.000/mês, por meio de um redutor aplicado sobre o imposto devido nas bases de cálculo mensal e anual. A tabela progressiva permanece, mas o redutor zera o imposto até esse patamar e vai se esvaindo conforme a renda mensal se afasta de R\$ 5.000 deixando de ter efeito prático por volta de R\$ 7.350.

A segunda frente é a criação de uma tributação mínima para altas rendas de pessoas físicas. A lógica é fechar a porta para situações em que a alíquota efetiva no topo fique inferior à de faixas médias por combinação de rendas pouco ou nada tributadas. O projeto, portanto, reafirma a progressividade por duas vias: alívio na base e um piso de contribuição no topo.

O PL também incrementa o desconto simplificado na declaração de ajuste anual, o que, para perfis de declaração mais simples, tende a ampliar o efeito de alívio no fechamento do ano-calendário.

O termo neutralidade percorre todo o debate: se há renúncia de receita com o redutor, é preciso compensação com a tributação mínima para que as contas públicas não sofram. Aprovar somente o alívio tornaria a equação fiscal desequilibrada; aprovar o

pacote como um todo é o que dá coerência à engenharia. Para empresas e contribuintes, a mensagem prática é clara: os efeitos devem ser lidos conjuntamente.

O ponto mais sensível de curto prazo está nos lucros de 2025. O projeto desenha uma regra de transição: lucros apurados em 2025 podem ter tratamento diferenciado se a distribuição for aprovada até 31/12/2025 por ato societário válido e programada para pagamento ao longo de 2026 a 2028, observadas as formalidades cabíveis.

Na prática, o contribuinte que deseja se beneficiar da transição deve documentar a decisão societária (assembleia/reunião/ata, conforme o tipo societário e o contrato/estatuto), fixar o cronograma e cumpri-lo. Para remessas ao exterior, é prudente organizar dossiê (atos, balanço, memórias de cálculo) para mitigar exigências bancárias.

A base da tributação mínima é um conjunto legalmente definido de rendimentos. Alguns itens ficam fora, por exemplo: poupança, certos títulos isentos/alíquota zero, indenizações por acidente e danos - ressaltados lucros cessantes, e há tratamento específico para os lucros de 2025 quando obedecida a transição.

Atenção às doações: a exclusão destacada pelo projeto alcança adiantamento de legítima/herança; outras modalidades tendem a integrar a base da renda mínima, exigindo cautela em planejamentos patrimoniais.

Efeitos práticos para pessoas físicas e empresas:

Como o PL não altera as alíquotas da tabela, o debate recai sobre o mecanismo do redutor e o piso no topo. Há quem critique degraus ao redor do fim do desconto; por outro lado, a tabela escalonada continua operando e o redutor é uma política de alívio com escopo definido. Em termos constitucionais, a proposta conversa com capacidade contributiva e isonomia, reforçando a progressividade efetiva ao impedir que rendas muito altas fiquem com carga inferior à de faixas médias.

Checklist imediato:

1- Mapeie rendas de 2025 (salários, pró-labore,

dividendos, doações, ganhos);

2- Se houver lucros de 2025, delibere e documente a distribuição até 31/12/2025 com cronograma 2026-2028

3- Revise contratos/estatutos para identificar o órgão competente e a necessidade de registro

4- Ajuste folha para 2026 e simule o impacto no IRRF

5- Planeje a DIRPF considerando o desconto simplificado e a interação com a renda mínima e prepare dossiê para remessas ao exterior se aplicável.

Advogada especialista em Direito Tributário, escritório Veloso de Melo*

Site: <https://www.correiobraziliense.com.br/direito-e-justica/2025/12/7305010-reforma-da-renda-o-que-de-fato-muda-no-irpf.html>

Analistas dizem que será mais difícil avanços maiores em 2026

Enquanto em 2025 o mercado de trabalho segue aquecido e deve continuar contribuindo para reduzir a pobreza, a miséria e a desigualdade de renda, no ano que vem, esse avanço social pode arrefecer. Economistas afirmam que a situação em 2026 ainda deve ser favorável ao trabalhador, mas sem grandes recordes de renda e emprego como estamos vemos atualmente, com níveis mais estáveis e avanços mais tímidos.

- As mudanças estão diminuindo, a queda na taxa de desocupação fica cada vez menor. E alguns analistas já dizem que estamos em pleno emprego, e que muito dificilmente conseguiríamos reduzir o desemprego para patamares mais baixos que os de agora. Então, para 2026, já se espera uma certa estabilização do mercado de trabalho, que vai ter reflexos sobre indicadores de pobreza - explica Vitor Hugo, do FGV Ibre.

Com um mercado de trabalho já chegando ao seu piso, segundo especialistas, e sem novos aumentos nos programas de transferência de renda, economistas acreditam que é preciso olhar para novas formas de reduzir a pobreza e a desigualdade. Bruno Imaizumi, economista da 4intelligence, diz ser necessário ampliar a produtividade:

- Fala-se em renda mínima e inclusão em microcréditos. A longo prazo, é necessário ampliar o acesso básico à saúde, educação e melhorar a eficiência e produtividade no gasto público desses serviços. Isso vai ajudar a reduzir a pobreza e a extrema pobreza de maneira mais eficiente e rápida.

Ele menciona ainda que medidas como a isenção do pagamento de Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil, que passará a valer a partir do ano que vem, também vai ajudar a reduzir a pobreza e a desigualdade.

- Vamos transferir renda de um grupo que é mais propenso a poupar para um que é mais propenso a consumir. Então, apesar de não afetar a massa de renda, poderemos ver estímulos mais fortes no consumo. E toda mobilidade social passa pelo consumo, uma outra maneira de reduzir a pobreza e a desigualdade - explica Imaizumi.

Já para Rodrigo Afonso, diretor executivo da Ação da

Cidadania, o maior desafio pela frente é reduzir as desigualdades estruturais, como as de raça e de gênero.

- Tem um preconceito estrutural da sociedade, que a gente precisa atacar. Quando a pobreza aumenta muito, você vê claramente o racismo estrutural espelhado nas pesquisas. E agora temos uma melhora de indicadores de uma maneira geral, mas que está beneficiando as pessoas de sempre. Os salários das pessoas brancas e de homens são sempre maiores. As políticas têm que começar a olhar para isso de forma muito profunda.

JUSTIÇA TRIBUTÁRIA

Assim como Imaizumi, Afonso também vê a importância de uma maior taxação dos mais ricos em prol de uma justiça tributária e fiscal:

-No Brasil, os **tributos** penalizam justamente o mais pobre, porque boa parte da sua renda vai para pagar imposto sobre consumo, enquanto o mais rico gasta uma pequena parcela do seu dinheiro em consumo, e o resto está aplicado em vários investimentos incentivados, sem uma série de taxaões que permitiriam que eles pagassem pelo menos igual à população em geral.

Entre outras medidas, os economistas também mencionam a necessidade de reduzir as desigualdades regionais.

-As regiões Norte e Nordeste são muito dependentes de programas sociais, então é necessário fortalecer e dinamizar essas economias, com mais infraestrutura, um melhor ambiente de negócios, para que essas regiões possam melhorar as condições de vida com as suas próprias forças, atraindo investimentos, novos empregos e empresas - afirma Vitor Miro, da FGV.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Governo tem de mirar centro da meta se não houver aval do Congresso, diz TCU

Guilherme Pimenta e Giordanna Neves

O Tribunal de Contas da União (TCU) decidiu que o governo federal deve perseguir o centro da meta de resultado primário, e não o limite inferior, na hora de contingenciar recursos do Orçamento. A corte entende que a prática atual pode causar riscos à condução da política fiscal e à sustentabilidade da dívida pública. No entanto, admitiu que o governo federal fica liberado a buscar o piso da meta, se autorizado pelo Congresso Nacional por meio da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Para os integrantes da corte, o desfecho da análise foi "ameno", apesar de alguns votos mais duros, uma vez que o governo ainda poderá buscar no Congresso uma solução para mirar o piso da meta por meio da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

A leitura, contudo, é de derrota para o governo. Isso porque, na visão de membros do tribunal, o Executivo buscava uma "liberação ampla", sem a necessidade de fazer constar anualmente na Lei de Diretrizes Orçamentárias de forma explícita a permissão para mirar o piso.

"A adoção ao limite inferior revela-se incompatível com o regime jurídico fiscal vigente", votou nesta quarta-feira o ministro Jorge Oliveira, que foi acompanhado pelos demais membros do Tribunal de Contas da União. Jorge Oliveira era o revisor da matéria na corte.

O decano do TCU, ministro Walton Alencar Rodrigues, disse em seu voto que o governo "desobedece ao Congresso e atua" como se perseguir o piso fosse a regra em vigor. O Congresso Nacional, em seu entendimento, expressamente optou, votou e aprovou o centro da meta como objetivo a ser perseguido pelo governo.

No julgamento, os ministros também decidiram informar o Executivo que houve descumprimento da legislação fiscal em 2025 nos bimestres anteriores à mudança da Lei de Diretrizes Orçamentárias deste ano. O texto permitiu, no fim de outubro, mirar o limite inferior especificamente deste ano na hora de contingenciar. Isso porque a execução orçamentária de 2025 já estava em estágio avançado.

O informe foi expedido pelo ministro Jorge Oliveira em

duro voto. Isso não significa que as contas serão rejeitadas em 2025, no entendimento de integrantes e técnicos do TCU, mas que esses serão elementos a serem analisados em 2026.

A proposta de Orçamento do ano que vem enviada pelo Executivo em agosto previa mirar o piso para fins de contingenciamento, mas o relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2026, deputado federal Gervásio Maia (PSB-PB), chegou a sinalizar que poderia alterar esse trecho. Após negociações com o governo, ele atendeu ao pedido para deixar explícita na lei a autorização para a equipe econômica contingenciar recursos do Orçamento pelo piso da meta fiscal, e não pelo centro.

Em um cenário de obrigatoriedade de mirar o centro da meta, o governo precisará, no ano que vem, buscar o superávit de 0,25% do Produto Interno Bruto (**PIB**), o equivalente a

R\$ 34 bilhões. Isso precisaria ser feito a cada dois meses na hora de contingenciar recursos, ampliando o desafio na execução orçamentária em ano eleitoral. O intervalo de cumprimento da meta é de 0,25 ponto do **PIB**.

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Especialistas alertam para efeito nas contas públicas

VINÍCIUS NEDER

Enquanto os Correios não fizerem uma reestruturação, a saída de curto prazo será o Tesouro Nacional arcar com os prejuízos, acomodando nas contas públicas um rombo maior das empresas estatais, afirmam especialistas ouvidos pelo GLOBO. O problema é que, sem a reestruturação, os prejuízos tendem a ser recorrentes, tornando-se mais um peso sobre as contas públicas, já pressionadas e desequilibradas por gastos crescentes.

- O grande risco é dar o socorro, empurrar com a barriga, e estar na mesma situação daqui a um ano, um ano e meio - afirma Armando Castelar, economista da Fundação Getulio Vargas (FGV), lembrando que há eleições em 2026.

Por isso, diz, qualquer aporte de recursos dos cofres públicos deveria ser "amarrado" com uma reestruturação:

- Isso vai impactar as contas públicas. No fundo, o resultado já está lá, e o governo vai ter que segurar outras coisas, deveria abrir a mão de outros gastos, não aumentar o déficit (das contas públicas). Já temos uma dinâmica fiscal muito difícil e complicada.

Para o consultor Raul Velloso, especialista em contas públicas, dificilmente a saída de curto prazo será diferente de um socorro por parte do Tesouro. Do contrário, os Correios deixariam dívidas com os fornecedores e atrasariam salários e aposentadorias de servidores inativos.

- Imagina o caos que seria? O Lula não vai dar calote em funcionário público -afirma Velloso.

Para piorar, ressalta o consultor, os prejuízos de estatais como os Correios se somam a um desequilíbrio estrutural nas contas públicas, marcado pelo envelhecimento da população, que impõe aumento de gastos com a Previdência.

Há décadas, para lidar com esse desequilíbrio no curto prazo, os governos cortam recorrentemente os investimentos públicos em infraestrutura, necessários para impulsionar a economia, completa Velloso. O resultado, diz, é que o país fica preso na "armadilha do baixo crescimento":

- Diante do dilema sobre como fazer o ajuste, o crescimento do **PIB** desaba. Isso é que é o mais importante. O preço a ser pago, em última instância, será pago pela taxa de crescimento econômico.

Castelar, da FGV, defende a privatização como melhor saída. Outros países adotaram esse caminho para os serviços postais, e as empresas estatais, diante das burocracias típicas de seu formato de gestão, terão cada vez mais dificuldade em lidar com as mudanças tecnológicas e de mercado da área, ressalta.

O governo Jair Bolsonaro tentou privatizar os Correios, mas o processo foi abortado comavoltadoPTaoPaláciodo Planalto, em 2023. Os estudos começaram em 2019. Em 2021, os Correios foram incluídos

"O grande risco é dar o socorro, empurrar com a barriga, e estar na mesma situação daqui a um ano, um ano e meio" _

Armando Castelar, economista da FGV

no Programa Nacional de Desestatização (PND).

Um projeto de privatização chegou a ser desenhado pelo BNDES, que trabalhou no projeto de privatização até 2022. O plano era tornar a estatal uma empresa de entregas expressas, como as multinacionais FedEx e DHL, mas também com as empresas de comércio eletrônico e toda a cadeia de transportadoras que prestam serviços a elas.

Para viabilizar a prestação dos serviços postais essenciais - entrega de correspondências e encomendas não urgentes -, seria criado um marco legal para sua concessão. A empresa que comprasse o controle dos Correios assumiria automaticamente essa concessão.

A lógica econômica era que os lucros com as entregas de comércio eletrônico compensariam a atividade menos lucrativa.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Comissão aprova projeto de lei orçamentária de 2026

LUÍS A MARZULLO E THAÍS BARCELLOS

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou ontem a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2026 após acordo entre governo e Congresso que amarra parte da execução orçamentária no ano eleitoral, mas também incorpora pontos defendidos pelo Planalto para preservar margem de gestão fiscal.

A votação no colegiado integrado por deputados e senadores se deu de forma simbólica, com voto contrário apenas do senador Espiridião Amin (PPSC). O texto deve ser votado em plenário de sessão do Congresso, que une parlamentares das duas Casas, hoje.

O texto deixa explícito que o governo poderá perseguir o piso do intervalo de tolerância da meta fiscal em 2026 em vez do centro, como chegou a exigir o Tribunal de Contas da União (TCU), que mudou seu entendimento (leia acima).

Durante a votação, cinco destaques foram aprovados. O mais relevante determina que o valor do Fundo Partidário será corrigido conforme as regras do arcabouço fiscal, tomando como base a dotação prevista no Orçamento de 2016. Com isso, o fundo passa a ter previsão legal de crescimento real de até 2,5% ao ano, dentro dos limites autorizados pelo arcabouço - além da reposição inflacionária.

Na prática, a medida substitui a negociação política anual por um mecanismo automático de atualização e pode elevar o valor do fundo em 2026 em relação ao patamar atual, dependendo das projeções de inflação e do espaço fiscal disponível.

Pelo arranjo final, o relator Gervásio Maia (PSB-PB) incluiu no texto um calendário obrigatório de pagamento das emendas impositivas, com a exigência de que ao menos 65% dos recursos sejam pagos até julho do próximo ano.

A regra alcança emendas individuais e de bancada e, no caso das emendas de comissão, permanece o entendimento político de um piso de cerca de 50%.

PROJEÇÃO É 0,39% MAIOR

O relatório também amplia o conjunto de despesas

consideradas essenciais e inadiáveis.

O governo tenta aprovar Orçamento de 2026 ainda este ano, preservando programas estratégicos e evitando que a disputa pelas emendas paralise a execução em pleno ano eleitoral. A votação está prevista para 17 de dezembro.

O Congresso também aumentou a estimativa de arrecadação de 2026 em R\$ 12,3 bilhões, o que deve abrir espaço para acomodar mais gastos em ano eleitoral. A nova previsão foi apresentada pela senadora professora Dorinha (União-TO), relatora da receita no Projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA), em parecer apresentado ontem e aprovado na Comissão Mista de Orçamento.

A nova projeção representa um aumento de 0,39% ante a expectativa de receita primário que constava do projeto original enviado pelo governo em agosto deste ano, de R\$ 3,185 trilhões. O crescimento na projeção de receitas deve-se em grande medida pela implementação pelo governo de medidas de defesa comercial pleiteadas pelo setor produtivo nacional. Segundo o relatório da senadora, a expectativa é de entrada de R\$ 14 bilhões devido à melhoria de condições de concorrência dos setores atendidos. A surpresa com a arrecadação do IOF após as mudanças realizadas pelo governo em maio deste ano também colaborou com R\$ 1,94 bilhão com a elevação da receita prevista para 2026.

Por outro lado, houve redução na expectativa derivada da perda de vigência da medida provisória (MP) alternativa ao IOF, cuja projeção de arrecadação era de R\$ 20,9 bilhões, mas R\$ 10 bilhões foram recuperados por meio da aprovação da limitação das compensações tributárias indevidas dentro do projeto de atualização patrimonial de bens.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Desemprego e inflação puxam 'taxa de desconforto' para baixo

Fernandes

A combinação de desemprego nas mínimas históricas e **inflação** sendo revista para baixo fez o "índice de miséria" no Brasil, como ficou conhecido, ou "taxa de desconforto" da população com a economia ir abaixo de dois dígitos pela primeira vez em mais de duas décadas.

Em outubro deste ano, o desemprego foi a 5,45%, enquanto o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) acumulado em 12 meses variou 4,53%. O INPC abrange a variação do custo de vida médio de famílias com renda mensal de um a cinco salários mínimos.

Assim, a taxa de desconforto calculada pela 4intelligence registrou 9,98%. A rigor, o número ainda seria arredondado para 10%, mas, de qualquer forma, é o valor mais baixo desde o início da série, em julho de 2000.

"Não gosto muito de chamar de 'índice de miséria' porque acaba sendo um falso cognato, já que o termo miséria remete mais a pobreza e extrema pobreza. Mas é um indicador que, há várias décadas, traz uma percepção da economia pelos trabalhadores, é um índice de desconforto econômico, de mal-estar", diz Bruno Imaizumi, economista da 4i.

Quanto mais alto o índice, maior o mal-estar das famílias com indicadores centrais para a vida da população. O ápice da taxa de desconforto, na série da 4i, foi em maio de 2003, quando atingiu 32,26%, na esteira da primeira eleição de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e do temor que ela levou ao mercado financeiro, recorda Imaizumi. "Desde então, o índice veio caindo para níveis mais baixos; voltou a subir com a crise no governo Dilma Rousseff (PT) em 2015 e 2016; caiu de novo na sequência, subiu com a pandemia e, de lá para cá, vem mostrando desaceleração."

A taxa de desemprego "ajuda demais nessa história" recente, diz Imaizumi. Tanto que, ponderado pela mudança na participação no mercado de trabalho, que força a taxa de desemprego para baixo, o índice de desconforto econômico estaria mais alto. Considerando a média de 2019, ele seria de 12,5% em outubro deste ano, estima Imaizumi.

Hoje, diz, o mercado de trabalho acaba sendo o fator preponderante de alívio no índice de mal-estar, mas ele não estaria abaixo de 10% se não houvesse um comportamento mais benigno da **inflação**, principalmente da alimentação no domicílio, que pesa bastante para as famílias de baixa renda.

A **inflação** da alimentação em casa saiu de 7,45% em janeiro deste ano, no acumulado em 12 meses, para 4,54% em outubro e, até o fim de 2025, deve ir a 2,6%, de acordo com as projeções da pesquisa Focus, do Banco Central com agentes financeiros.

Com suas projeções para o INPC e o desemprego, Imaizumi estima que o índice de desconforto ainda deverá rodar abaixo de 10% praticamente em todos os meses do ano que vem - as exceções seriam janeiro e março, com 10,59% e 10,41%, pela ordem.

Imaizumi projeta um desemprego médio anual em 2026 um pouco menor do que em 2025: 5,7%, ante 5,9%. Já o INPC em 12 meses deve encerrar este ano em 4,5% e desacelerar para 4,2% em 2026. Esses são fatores importantes considerando que 2026 é um ano eleitoral, aponta. "O índice é bastante usado para ter um termômetro nas eleições nos Estados Unidos e começou a ser aplicado no Brasil também. Um cenário positivo pode ajudar o governante."

Nos cálculos do banco Pine, que leva em conta o IPCA (**inflação** geral oficial do país), a taxa de desconforto do brasileiro com a economia fechou outubro deste ano em 8,7%, o que também seria o menor nível da sua série, iniciada em março de 2012. "Essa combinação linear entre desemprego e **inflação** está no menor patamar. É uma maneira indireta de medir o bem-estar da sociedade e, tradicionalmente, a medida é associada à popularidade do incumbente", diz Cristiano Oliveira, economista-chefe do Pine.

Considerando uma cesta de consumo mais diretamente representativa da baixa renda, como a elaborada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Oliveira observou que a relação entre o índice de desconforto econômico e a popularidade presidencial apresentam uma correlação negativa ainda maior. Ou seja, quanto menor o índice de mal-estar na baixa renda, maior a avaliação positiva do presidente. "O cenário pode continuar favorecendo o incumbente ou o seu grupo na próxima eleição, mas

isso considerando tudo o mais constante, porque a questão da polarização política e outras variáveis podem interferir", diz Oliveira.

Outro ponto é que a noção de bem-estar relacionada à ideia de "prosperidade", por exemplo, é um conceito muito complexo e que pode estar mais relacionado à situação individual que algo proporcionado por autoridades, como governos ou bancos. É o que aponta uma pesquisa lançada ontem pelo Datafolha e encomendada pelo Sicredi.

De acordo com a pesquisa, 47% da população brasileira sente que está prosperando, mas com dificuldade, e 61% entendem que a prosperidade depende mais de ação própria, do que de bancos/instituições financeiras (27%) ou governos/instituições públicas (32%).

"A prosperidade vai além do dinheiro, dos recursos financeiros. Isso não deixa de ser relevante, mas é mais do que isso", diz Alexandre Barbosa, diretor-executivo de estratégia, sustentabilidade, administração e finanças do Sicredi.

A pesquisa identificou quatro dimensões da prosperidade: social, econômica, espiritual e psicológica. A econômica ainda aparece com maior peso nas respostas (39%), sendo 16% ligado à satisfação profissional e 15% sobre a qualidade de vida e de acessos, por exemplo, a saúde e educação.

Mas a dimensão econômica "não existe sozinha", diz Paulo Alves, gerente de pesquisa de mercado do Datafolha. "Todas elas têm um peso expressivo. Não se pode prescindir de nenhuma para chegar à prosperidade, que é multifatorial", afirma. O peso da dimensão psicológica foi de 26%; a espiritual, de 21%; e a dimensão social, de 14%.

"Nem sempre há uma percepção tão imediata do ganho que possa vir, por exemplo, do emprego, porque nem sempre esse é o fator principal que cada pessoa vai considerar para avaliar sua prosperidade. Tenho um pouco de dúvida de o quanto efetivamente a gente consegue que essas melhoras macroeconômicas gerem uma percepção de melhora para a população como um todo, especialmente nessas camadas com menos educação, que nem sempre vão ter um emprego de mais qualidade", afirma Alves.

Edval Landulfo, educador financeiro e vice-presidente do Conselho Regional de Economia da Bahia (Corecon-BA), observa ainda que o Brasil é um país de renda baixa, independentemente da profissão, se comparado a outros países. "Enquanto tivermos crescimento econômico sem desenvolvimento

econômico, não vamos ter a sensação de bem-estar."

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Ibovespa renova recorde e dólar toca menores níveis do ano

Artluir Cagliari, Vinicius Lucena, Gabriel Caldeira, Maria Fernanda Salincte Bruna Furlani

Dados mais fracos do mercado de trabalho americano intensificaram a perspectiva de que o Federal Reserve (Fed, banco central americano) deverá adotar uma postura menos conservadora na reunião da semana que vem e nas próximas, o que desencadeou um ajuste global do dólar. Por aqui, não foi diferente: a moeda americana recuou 0,33% frente ao real, a R\$ 5,3125, sendo que chegou a tocar os R\$ 5,2991, na mínima do dia. Com isso, o dólar à vista se aproximou dos menores níveis do ano. mesmo com o fluxo cambial indicando forte saída de capital na semana passada.

Já o Ibovespa chegou a se aproximar dos 162 mil pontos e marcou o segundo pregão consecutivo de recorde duplo: intradiário, aos 161.963 pontos; e de fechamento nominal, aos 161.755 pontos, com alta de 0,41%, distante da mínima de 161.093 pontos. Por vezes, durante o pregão, o índice chegou a dar sinais de que poderia passar por um dia de correção, mas a alta expressiva das ações da Vale e da Petrobras atuou como contraponto e ajudou a manter a principal referência acionária no azul. No fim do pregão, as ações ON da mineradora subiram 3,23% e as PN da petroleira avançaram 0,75%.

Nem mesmo a abertura da curva futura (aumento das taxas) conseguiu pressionar para baixo o Ibovespa, que já sobe mais de 34% no ano. Após um pregão de alívio visto na terça-feira, os juros futuros fecharam em alta moderada, pressionados por um movimento de correção do mercado em um dia sem gatilhos locais para os negócios.

Os investidores devolveram parte da forte queda da sessão anterior na véspera da divulgação do **PIB** do terceiro trimestre, que pode ser crucial para balizar as expectativas do mercado para o começo do ciclo de cortes da taxa Selic.

Encerrados os negócios, a taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) com vencimento de janeiro de 2027 subiu de 13,58%, do ajuste da véspera, para 13,605%; a do DI de janeiro de 2029 anotou alta de 12,675% a 12,715%; enquanto a do DI de janeiro de 2031 avançou de 12,905% para 12,935%.

Na avaliação dos economistas do Banco Daycoval, o **PIB** do terceiro trimestre deve revelar um enfraquecimento da atividade após o bom desempenho nos primeiros seis meses de 2025. "Projetamos estabilidade na variação trimestral e [alta de] 13% na variação anual. Se confirmado, o resultado mostrará desaceleração da atividade no segundo semestre, conforme esperado", notam em relatório.

Ainda que a atividade econômica possa desacelerar neste ano e no próximo, as perspectivas para a bolsa permanecem positivas. O J.P. Morgan, por exemplo, projeta o Ibovespa a 190 mil pontos no fim de 2026, um potencial de alta de 18% em relação ao patamar atual. No entanto, o banco chama atenção para a imprevisibilidade da eleição presidencial e, consequência, para as incertezas em torno da política fiscal em 2027.

Em relatório, a equipe liderada pela estrategista de ações para América Latina e Brasil. FmyShayo Cherman, destaca que um ambiente de juros baixos não deve durar muito se a trajetória das contas públicas não mudar em relação aos últimos três anos, quando os gastos cresceram mais de 20%. "O resultado da eleição é crucial", resumem os profissionais.

Ainda assim, o J.P. lembra que o Brasil é um dos poucos emergentes negociados com desconto em relação à média e que tem um indicador preço sobre lucro bem inferior ao dos pares. Nesse sentido, sete dos dez setores estão negociando abaixo de suas próprias médias, além das médias de emergentes e globais.

Um dos exemplos é o índice de ações de materiais básicos da B3 (linat), que encerrou ontem aos 5.873 pontos, mas que já chegou a ultrapassar os 7 mil pontos em 2021. O setor tem sido afetado pelo dólar global mais fraco e pelos preços mais baixos de algumas commodities, como o minério de ferro.

Mesmo em meio a uma saída

Investidores aguardam divulgação do **PIB** do 3-trimestre para calibrar apostas de corte da taxa Selic de dólares do país, o câmbio local tem conseguido apreciar. No acumulado do ano, a moeda americana

recua mais de 14% frente ao real. Apenas no último mês, saíram do país US\$ 7,115 bilhões, na segunda maior evasão de recursos para o mês desde 1982, com o saldo mensal melhor apenas que em novembro de 2008.

"Esse é o movimento que vimos ao longo de todo o ano, de um fluxo de saída enorme, mas com o movimento externo muito favorável beneficiando nossa moeda", diz o superintendente de câmbio do Banco Real, Jacques Zylbergeld. "Fico pensando em que nível o dólar estaria, caso não houvesse um fluxo financeiro tão negativo como vimos neste ano. Possivelmente estaríamos vendo um dólar mais perto de R\$ 4,90", acrescenta o profissional.

Embora o movimento não seja novo, a saída de capital vista no meio desta semana chamou ainda mais a atenção de agentes do mercado. Um gestor lembra que, na segunda-feira, o Banco Central rolou antecipadamente o leilão de linha que vinha em janeiro. Normalmente, o BC faz a rolagem um mês antes do vencimento, mas, desta vez, houve rolagem de um estoque de janeiro ainda no fim de novembro. "Sinal de que o BC estava mapeando bem esse fluxo de saída e equilibrando a liquidez à disposição", diz o profissional, na condição de anonimato.

Zylbergeld vai na mesma linha e defende que a postura mais atenta do BC também pode estar dando suporte para o câmbio. "O BC tem indicado que tem ferramentas para dar liquidez ao mercado, então não me parece que teremos uma grande mudança no nível da cotação do câmbio até o fim do ano, inescusavelmente haja uma pressão de saída de capital", afirma, acrescentando que o dólar deve encerrar o ano entre R\$ 5,30 e R\$ 5,40.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Real será uma das principais apostas do investidor global em 2026, diz J.P. Morgan

Apesar da cautela com o cenário eleitoral que se avizinha, o sentimento do investidor global com o Brasil é que os juros nominais de 15% servem como um colchão suficiente para atravessar o período de incertezas. Em um ambiente ainda benigno para a alocação de recursos em mercados emergentes, o chefe de pesquisa macro global do J.P. Morgan, Luis Oganés, avalia que os títulos brasileiros em moeda local e o real devem figurar entre as apostas preferidas dos estrangeiros para 2026. Confira a seguir os principais trechos da entrevista.

Valor: Esperam um 2026" positivo para os mercados emergentes?

Luis Oganés: listamos encerrando o ano de 2025 com um crescimento global - nos FUA. Europa e mercados emergentes - em posição relativamente benigna. Isso significa que, ao longo do ano, fomos obrigados a revisar para cima as projeções de crescimento. Grande parte disso está relacionada aos investimentos muito fortes que estão ocorrendo no setor de tecnologia, ligados a inteligência artificial (IA), especialmente em data centers. Parte disso está nos EUA, mas parte também está na Ásia, e há maior demanda por commodities em razão desses investimentos. Isso tem beneficiado países da América Latina e da África. Essa tendência continuará em 2026. O crescimento está em situação razoável.

Valor: Isso pode se traduzir em fluxos para os emergentes?

Oganés: O Fed deve cortar juros mais algumas vezes. Já fez dois cortes em setembro e outubro e espera-se um novo corte de 0,25 ponto percentual em dezembro, possivelmente outro em janeiro. Em anos anteriores, grande parte do capital deixou os mercados emergentes porque os juros nos EUA estavam muito altos. Agora que o Fed está reduzindo as taxas, o capital voltou a ingressar em mercados emergentes em 2025, e acreditamos que isso continuará em 2026. Ainda há desinflação adicional ocorrendo em mercados emergentes, o que significa que os bancos centrais poderão continuar cortando juros. Em alguns países, o ciclo de afrouxamento já está bastante avançado; em outros, incluindo o Brasil, ele sequer começou. Há, portanto, mais espaço para cortes, o que também deve ser favorável.

Valor: O enfraquecimento global do dólar pode continuar ajudando o mundo emergente?

Oganés: Continuamos um pouco mais pessimistas em relação ao dólar, acreditando que ele permanecerá estável ou continuará se enfraquecendo em relação a outras moedas, especialmente aquelas com juros elevados - o que inclui o real. Por isso, acreditamos que os investidores continuarão sendo atraídos para os mercados locais emergentes, já que o dólar tende a se comportar de forma estável e não deve atuar contra eles. Essa combinação de fatores nos leva a crer que 2026 deve ser um ano positivo, se tudo correr bem, para mercados emergentes.

Valor: O Brasil tem um dos juros globais mais elevados e, como o sr. mencionou, sequer começou o ciclo de cortes. Como o investidor global deve olhar para o Brasil em 2026?

Oganés: Estamos projetando uma desaceleração inflacionária; a previsão da nossa equipe é de 3,6% para 2026, o que será positivo. O comportamento da moeda também será relevante, e provavelmente estará correlacionado à incerteza do ciclo eleitoral. A projeção da nossa equipe é que o BC possa reduzir a Selic até cerca de 11,50%. O mercado não precisa ficar tudo isso está mais conservador, projetando algo entre 12,25% e 12,50%. Vemos espaço para a Selic cair abaixo de 12%. Mas, novamente, muito dependerá do que ocorrer durante o período eleitoral: quais serão as promessas de campanha, quais políticas serão anunciadas ou implementadas pela próxima administração - seja ela qual for. E isso determinará o espaço para o BC cortar juros ainda mais adiante.

Valor: Como o Brasil se compara aos pares hoje? Pode ser um caso de "outperformance" em 2026?

Oganés: O cenário de crescimento estável, dólar mais fraco e **inflação** em queda é favorável ao que chamamos de "carry trades". Isso significa que os investidores tendem a preferir países e moedas que oferecem os maiores retornos, porque a expectativa é de menor volatilidade. Assim, o investidor consegue capturar os benefícios de estar exposto a uma moeda cujos juros são elevados. O Brasil está provavelmente no topo da lista entre as moedas mais líquidas e com taxas de juros atualmente em 15%. Elas vão cair,

podendo ir para 12% ou talvez menos até o fim do ano. Mas, ainda assim, comparado ao restante do mundo - e se a **inflação** for de 3.6% - tanto os juros nominais quanto os reais continuarão muito altos no Brasil. O real, para investidores globais, provavelmente será uma das principais escolhas.

Valor Quais são os riscos?

Oganes: Será necessário acom-

"Agora que o Fed está cortando suas taxas, o capital voltou a ingressar em emergentes em 2025, e isso continuará em 2026" panhar as eleições. Se houver anúncios de políticas negativas ou fatores que gerem incerteza, ixlem ocorrer oscilações no real. Nunca diga nunca. Mas há a percepção, conversando com muitos investidores ao redor do mundo, de que ganhar 15% oferece boa proteção contra muita incerteza. Portanto, provavelmente o balanço entre risco e retorno é positivo. Assim, eu diria que o real será uma das principais recomendações para 2026.

Valor: iVo ano que vem, a volatilidade do real deve aumentar em razão das eleições, ao mesmo tempo em que o carregio deve diminuir...

Oganes: Eu diria que o Brasil continua sendo um destino atrativo para carry, apesar da incerteza eleitoral. E o motivo, novamente, é o ponto de partida: juros a 15%, com **inflação** em queda, o que significa juros nominais e reais muito elevados. Sim. é verdade que o Banco Central vai cortar juros, mas os cortes que temos em mente estão na faixa entre 12.50% e 1130%. Ainda não estamos falando de juros a 10%, 9% ou 8% - níveis que provavelmente deixariam o real mais vulnerável. Então, acredito que haverá volatilidade associada às eleições e isso vai se refletir no comportamento do real. Mas, com um carry partindo de 15% e com os cortes que estamos projetando - cortes modestos, de 2 pontos a 3 pontos, e não de 5 ou 6 pontos -, ainda haverá colchão suficiente para su-portar períodos de volatilidade.

Valor: Quanto o episódio de volatilidade extrema do fim de 2024 ainda segue na cabeça do investidor global quando ele pensa no Brasil?

Oganes: A situação mudou. Quando o Brasil-quando o BC - começou a subir os juros, ainda era um período em que os fluxos de capital não estavam retomando aos mercados emergentes. Mas, especialmente a panirido segundo trimestre deste ano, começamos a ver o capital voltar. E, novamente, os países favorecidos são aqueles com juros elevados. Claro, se você já estava comprado cm real antes de o Banco Central iniciar as altas, ou comprado em títulos brasileiros, foi um trade doloroso. Mas pensoqueos

investidores já conseguiram se recuperar daquele episódio, porque o retorno após a alta até 15% - o carry - foi tão grande que compensou as perdas. Não acho que seja uma situação em que as "cicatrices" do período de alta de juros ainda dominam a percepção dos investidores. Na verdade, é o oposto: o real é visto como um dos trades favoritos para 2026.

Valor: Qual é a visão para o crédito corporativo do Brasil?

Oganes: Os spreads de crédito estão extremamente apertados no mundo inteiro - nos EUAe na Europa, tanto em "highgrade" quanto cm "high yield". E isso também se reflete nos emergentes, tanto em títulos soberanos quanto corporativos. Por estarem tão apertados, vínhamos adotando cautela em relação a essa classe de ativos no início do ano. Mas o crescimento começou a surpreender positivamente. E, no fim do dia. é o crescimento que mantém essa classe de ativos estável - ou os spreads apertados. Se houver preocupação com desaceleração, é preciso ter cautela com crédito, porque quando o crescimento diminui, algumas empresas começam a ter dificuldades para pagar seus empréstimos ou títulos - e o mesmo acontece com países.

Valor: O cenário segue benigno?

Oganes: Sim. Porém, veremos muito mais emissão no segmento high grade, especialmente relacionada aos investimentos em IA. É impressionante observar o que está previsto: emissões ligadas a IA devem chegar a cerca de US\$ 400 bilhões. Grande parte será em títulos high grade. Acreditamos que o mercado conseguirá absorver esse volume, mas os spreads |X)clem se ampliar um pouco. O Brasil, infelizmente, perdeu o grau de investimento há alguns anos, então a comparação devo ser feita com o segmento high yield. Ele deve ser menos afetado pelas emissões ligadas a IA, mas também podemos ver aumento dos spreads em 2026.

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Matérias-primas voltam a ter queda, aponta IC-Br

Gabriel Shinohara

O preço das matérias-primas com influência sobre a **inflação** apresentou queda de 3,04% em novembro. Em outubro, houve queda de 0,26%, de acordo com o Índice de Commodities Brasil (IC-Br), divulgado nesta quarta-feira, 3.

Em 12 meses terminados em novembro, o indicador teve queda de 7,37%, conforme divulgado nesta quarta-feira pelo Banco Central (BC). Já no acumulado de 2025, a queda foi de 13,22%.

O IC-Br é construído com base nos preços de commodities agrícolas, metálicas e energéticas convertidos para reais.

Em dólares, a variação foi negativa em 2,22% em novembro. Considerando os 12 meses, houve alta de 0,69%. Já no cálculo do acumulado de 2025, a queda foi de 0,88%.

Entre os três subgrupos que compõem o IC-Br, o de commodities agropecuárias (formado por carne de boi, carne de porco, algodão, óleo de soja, trigo, açúcar, milho, arroz, café, suco de laranja e cacau) mostrou queda de 5,43% em novembro, recuo de 11,30% em 12 meses e retração de 18,11% no ano.

Já o preço das commodities metálicas (compreendendo produtos como alumínio, minério de ferro, cobre, estanho, zinco, chumbo, níquel, ouro e prata) subiu 1,29% no mês passado, fechou 12 meses com alta de 13,28% e registrou aumento de 9,27% no ano.

As commodities energéticas (petróleo Brent, gás natural e carvão), por sua vez, tiveram alta de 2,51% em novembro. Em 12 meses, esse grupo registrou queda de 11,82% no IC-Br. Já considerando o ano, a retração foi de 14,78%.

Site: <https://valor.globo.com/impreso>